

Município de Braço do Trombudo
Controladoria Municipal
Unidade Operacional de Controle Interno

UNIDADE	Poder Executivo de Braço do Trombudo
RESPONSÁVEL	Sr. Nildo Melmestet - Prefeito Municipal
ASSUNTO	Relatório do Controle Interno
RELATÓRIO N°	4/2021
PERÍODO	1º Quadrimestre

2. ANÁLISE DA GESTÃO PATRIMONIAL E FINANCEIRA

A análise compreendida neste capítulo consiste em demonstrar a situação patrimonial no 1º Quadrimestre de 2021, discriminando especificamente a situação financeira do Município e sua capacidade de pagamento de curto prazo.

2.1. Análise do resultado financeiro

Dentre os componentes patrimoniais é relevante no processo de análise das contas municipais a verificação da evolução do patrimônio financeiro e, sobretudo, a apuração da situação financeira no período analisado, eis que a existência de passivos financeiros superiores a ativos financeiros revela restrições na capacidade de pagamento do Município frente às suas obrigações financeiras de curto prazo.

O confronto entre o Ativo Financeiro e o Passivo Financeiro do 1º Quadrimestre de 2021 resulta em Superávit Financeiro de **R\$ 893.949,29** e a sua correlação demonstra que para cada R\$ 1,00 (um real) de recursos financeiros existentes, o Município possui **R\$ 0,85** de dívida de curto prazo.

Dessa forma, o patrimônio financeiro do Município durante o 1º Quadrimestre é demonstrado no quadro seguinte:

Quadro 01 – Patrimônio financeiro do Município (em Reais) – 1º Quadrimestre (2021)

Grupo Patrimonial	Saldo
Ativo Financeiro	5.798.938,07
Passivo Financeiro	4.904.988,78
Saldo Patrimonial Financeiro	893.949,29

Fonte: Sistema de Gestão Betha Sapo.

2.2. Análise da evolução patrimonial e financeira

A presente análise está baseada na demonstração de quocientes e/ou índices, os quais podem ser definidos como números comparáveis obtidos a partir da divisão de valores absolutos, destinados a medir componentes patrimoniais, financeiros e orçamentários existentes nas demonstrações contábeis.

Os quocientes escolhidos para viabilizar a análise da evolução patrimonial e financeira do Município, nos últimos três anos, estão dispostos no quadro a seguir, com a devida memória de cálculo:

Quadro 02 – Quocientes de Situação Patrimonial e Financeira (2018 – 2020)

ITENS / ANO	2018	2019	2020
1 Despesa Executada (Empenhada)	19.674.976,19	20.618.732,43	21.105.787,25
2 Restos a Pagar	1.087.713,68	631.308,54	1.177.845,25
3 Ativo Financeiro	2.595.235,26	2.847.983,25	5.543.607,19
4 Passivo Financeiro	1.142.642,45	710.560,37	1.260.636,31
5 Ativo Real	20.161.092,44	23.099.763,62	27.268.843,67

6 Passivo Real	4.986.815,44	5.728.121,86	1.817.542,94
QUOCIENTES	2018	2019	2020
Resultado Patrimonial (5÷6)	4,04	4,03	15,00
Situação Financeira (3÷4)	2,27	4,01	4,40
Restos a Pagar (2÷1)*100	5,53	3,06	5,58

Fonte: Sistema de Gestão Betha Sapo.

O Quociente do Resultado Patrimonial é resultante da relação entre o Ativo Real e o Passivo Real.

Não há um parâmetro mínimo definido, mas se o resultado deste quociente apresentar-se inferior a 1,00 será indicativo da existência de dívidas (curto e longo prazo) sem ativos suficientes para cobri-las.

No final do exercício de 2020 o Ativo Real apresenta-se 15 vezes maior que o Passivo Real (dívidas).

O Quociente da Situação Financeira é resultante da relação entre o Ativo Financeiro e o Passivo Financeiro, demonstrando a capacidade de pagamento de curto prazo do Poder Executivo.

O ideal é que esse quociente apresente valor maior que 1,00, pois assim indicará que as obrigações financeiras de curto prazo podem ser cobertas pelos ativos financeiros do Poder Executivo.

Como demonstra o Quadro 02, a situação financeira do Município apresenta-se Superavitária, sendo que no final do exercício de 2020 o Ativo Financeiro representa 4,40 vezes o valor do Passivo Financeiro.

O Quociente de Restos a Pagar (processados e não processados) expressa em termos percentuais à relação entre o saldo final dos restos a pagar e o total da Despesa Orçamentária.

Quanto menor esse quociente, menos comprometida será a gestão orçamentária e o fluxo financeiro do Poder Executivo. Aumentos significativos



deste quociente podem indicar que a unidade gestora não está conseguindo pagar no exercício as despesas que nele empenhou.

Verifica-se que o saldo final de Restos a Pagar corresponde a 5,58% da despesa orçamentária do exercício.